

Do Tratado de Versalhes à dívida

“Os que não lembram do passado, estão condenados a revivê-lo”. (Santayana)

MARSENO MARTINS

Curiosa é a história da Humanidade. Normalmente, quem está no poder jamais vislumbra o amanhã e tende a repetir os mesmos erros dos antecessores. A frase acima é o espelho dessa realidade — uma visão premonitrice do que irá acontecer com os atuais detentores da dívida externa do Terceiro Mundo, destacando-se, sobretudo, os chamados países ricos, capitaneados pelos USA, avalistas da “negociata do século”. Um pouco de história ajuda a compreender como os fatos acima se interligam, sendo que o primeiro detonou a 2ª Guerra Mundial e o segundo está fermentando uma catástrofe de proporções gigantescas. Comparêmo-los.

O Tratado Versales (1919), imposto pelos aliados à derrotada Alemanha após a 1ª Guerra Mundial, sem qualquer negociação com o vencido, impôs condições draconianas. Além de entregar parte do seu território às nações vencedoras e aliadas (França, Bélgica, Dinamarca, Polónia etc), exigiu que as reparações de guerra fossem pagas em dinheiro, sendo que certas entregas poderiam ser feitas em produtos, como carvão, navio, madeira, gado etc, no valor de várias dezenas de bilhões de dólares, uma fábula para a época. Além disso, desarmou-a virtualmente. As consequências foram altamente funestas para os alemães, pois além de desorganizar a sua vida econômica, financeira, política e social, levou o governo a solicitar uma moratória para o pagamento da dívida (reparações) em 1922, por absoluta impossibilidade. Além de haver sido negada, o governo francês do **premier** Poincaré ordenou a ocupação do Ruhr, por haver a Alemanha deixado de pagar o devido, gerando ódio e revolta dos alemães, pois aquela região, juntamente com a Silésia Superior, anexada à Polónia, fornecia quatro quintos do seu carvão e da produção de aço. As consequências daquele **status quo** são bem conhecidas: 1 — gerou uma hiperinflação (em 1921, 75 marcos valiam 1 dólar; em 1922, 400 marcos/1 dólar; em 1923, quatro bilhões/1 dólar); 2 — incentivou o surgimento de forças paramilitares; 3 — uniu os alemães; 4 — estimulou a criação de numerosos partidos políticos, dentre os quais o Partido Nazista, de Adolf Hitler, que viria mais tarde desencadear a 2ª Guerra Mundial, cujas consequências e calamidades são bastante conhecidas, destacando-se a morte de 50 milhões de pessoas.

A atual dívida externa dos países do Terceiro Mundo tem uma história parecida. Nos fins da 2ª Guerra Mundial, os países aliados sentiram a necessidade de se estabelecer um acordo multinacional para regular o comportamento financeiro e monetário internacional. Reunidos em **Brettons Woods**, em julho de 1944, decidiram criar o Fundo Monetário Internacional — FMI, e, em fins de

1945, 44 nações ratificaram o Acordo. Seus objetivos eram muito nobres: “Promover o desenvolvimento, a cooperação, a estabilidade e a interligação harmônica dos países membros”. Todavia, as boas intenções cedo desapareceram quando os países ricos, empurrados pelos banqueiros internacionais e na expectativa de aumentar a sua receita através de juros, encontraram uma maneira magistral de fazer crescer o seu dinheiro e os investimentos sob sua guarda, os chamados euro-dólares e, posteriormente, os petrodólares: emprestar, regamente, dinheiro para os países do Terceiro Mundo, impingindo, muitas vezes, um modelo econômico adverso aos interesses nacionais.

A consequência foi um brutal crescimento da dívida externa daqueles países — em 1973 deviam 130,1 bilhões de dólares; em 1983 já deviam 668,6 bilhões de dólares; em 1989, este débito já ultrapassou os 1,5 trilhão de dólares e se aproxima célere dos 2 trilhões de dólares. A dinâmica é muito simples, pois tanto os empréstimos de Agências Oficiais como de bancos privados são concedidos com o aval do FMI, e este só autoriza depois que os países ricos e cotistas do referido Fundo concordarem, sendo que os USA têm maior percentual individual (20 por cento), seguida da Comunidade Européia (25,6 por cento), e, praticamente, são os membros que decidem.

A posição hegemônica dos países ricos gerou uma situação de mando e a economia mundial passou a ser conduzida de acordo com os seus interesses, ora diminuindo os preços dos produtos importados, que necessitam, ora aumentando os preços dos produtos exportados, que produzem. Assim, a quantidade de um produto exportável do Terceiro Mundo que gerava tantos dólares no início da década de setenta, nos fins desta mesma década precisava dobrar a quantidade oferecida para receber a mesma quantia de dólares, já então valendo menos, face a inflação e desvalorização do mesmo. Com os produtos importados, o fenômeno era ao revés.

Com os choques do petróleo (1973 e 1979), quando o barril passou de 2,3 dólares para 33 dólares, todos os custos e inflação gerados por aquele desequilíbrio econômico, foram repassados nos custos da mercadoria e nos juros dos empréstimos dos países endividados, de forma unilateral, cujas taxas eram apropriadas na rubrica “serviço da dívida”. O Brasil é um exemplo flagrante de espoliação, a começar pelo acordo que assinou com o FMI, abrindo mão até da sua soberania no julgamento dos acordos, firmados, permitindo que as taxas de juros fossem estipuladas pelos credores, além de autorizar e aceitar um monitoramento frio da nossa economia.

A consequência é que a economia dos países do Terceiro Mundo se desorganizou completamente, pois todos os anos são obrigados a pagarem uma formidável quantia pelo “servi-

ço da dívida”. O Brasil, por exemplo, pagou, em 1988, aproximadamente 12 bilhões de dólares, que somados aos lucros remetidos pelas empresas multinacionais, sofreu uma evasão de divisa de, aproximadamente, 20 bilhões de dólares, como notícia a imprensa especializada. Assim, a dívida se transformou num “câncer econômico-financeiro” para os países devedores, provocando efeitos profundamente lesivos e nocivos, como: 1 — desorganização da vida econômico-financeira; 2 — convulsão social, gerando revoltas, saques e mortes (recentemente, só na Venezuela morreram mais de 300 pessoas, e na Argentina várias dezenas); 3 — aumento desmesurado da inflação, em consequência de pagamentos externos e internos; 4 — redução da assistência à saúde e à educação por falta de recursos, uma vez que estes são desviados para atender a pressão pagadora externa e a sua consequência interna; 5 — aumento desmesurado da mortalidade pela fome, pelas mesmas razões acima; 6 — rancor aos credores, particularmente aos USA; 7 — desejo de confrontação, utilizando “quaisquer meios”.

O Brasil tem a maior dívida nominal do Terceiro Mundo. A sua performance como pagador é surpreendente, e mesmo assim os credores estão sempre exigindo mais e criticando a nossa conduta. O principal da dívida (dinheiro vivo recebido), estimado em 40 bilhões de dólares aproximadamente, já foi pago várias vezes; todavia, na contabilidade do credor a dívida está sempre crescendo. Recentemente, o Senado divulgou um relatório da “Comissão Especial para a Dívida Externa”, que todo brasileiro deveria ler, onde parecem dados surpreendentes, como no período de 1982-1988, o Brasil pagou à comunidade financeira internacional, entre juros e amortizações, 101,7 bilhões de dólares, e no período de 1982 a 1986, a dívida externa registrada cresceu de 70,2 bilhões de dólares para 101,0 bilhões de dólares. Atualmente, a dívida é de 112,7 bilhões de dólares, o que equivale dizer que cada brasileiro deve 805,0 dólares, ou NCZ\$ 5 mil 500 no paralelo. Até quando vamos aguentar isso?

Os países ricos têm um medo enorme que os países devedores se organizem num cartel; todavia, eles são e agem como um poderoso, frio e insensível cartel. Imagine, prezado leitor, se todos os países do Terceiro Mundo e devedores, que somam mais de 1 bilhão de população e que têm em seu território bilhões e bilhões de dólares em ativos dos credores, além de uma considerável massa humana de estrangeiros desses países, residentes, resolvem se unir, decidir não pagar mais um tostão da dívida e ameaçar confiscar todos os bens dos credores? Não é preciso ser futurólogo para inferir a factibilidade de uma situação como essa, pois o estopim já foi aceso e os credores sopram ainda mais o rastilho. Quando será?

Marseno Martins é engenheiro civil e administrador de empresas